

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

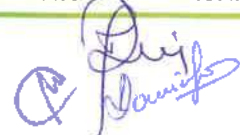
SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO CONCELHO

Sessão Ordinária nº 11
de 29 - 06 - 2019

Mesa da Assembleia Municipal		
Nome do Membro	Cargo	P/F
Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves	Presidente	P
António Manuel Domingues	1º Secretário	P
Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues	2º Secretário	P

Membros Eleitos	P/F	Presidentes de Juntas de Freguesia	P/F
José Albano Esteves Domingues	P	Diogo Domingues Ribeiro F. Castro	P
Manuel Luís Domingues Gonçalves	F	José Carlos Gonçalves	P
Jorge Renato Vieira Ribeiro	P	David Manuel Barbeitos	P
Paulo José de Castro Cerdeira Rodrigues	P	José Luís Douteiro	P
Catarina Aurora Rodrigues Mira	P	Agostinho Alves	P
Manuela Maria Cortes Lobato	P	Rui Manuel Nóvoas Pinho Gonçalves	P
Carlos Alberto Codesso	F	Edgar Fernando Barreiros Rodrigues	P
Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima	F	José da Ascensão Afonso	P
Carla Maria Esteves Lima	P	Alfredo Domingues	P
Tiago José Baleixo Lourenço	P	Amadeu Esteves	P
Manuel António Fernandes	P	Ricardo Jorge Alves	P
Carla Sofia de Abreu	F	Maximiano José Calheiros Gonçalves	P
António José Gomes Nabeiro	P	Maria de Fátima Rodrigues Sousa Táboas	P
Vânia Cristina Barros Faria Dantas	P		
Pedro João Mendes de Sousa e Silva	P		
Alexandra Cláudia de Sousa Táboas	F		
António Manuel Vieira	F		
Paulo Jorge Azevedo	P		

P-Presença F-Falta



Quando eram dez horas, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos. O primeiro secretário procedeu à chamada dos membros desta Assembleia, tendo faltado os deputados: Carlos Codesso; Manuel Luís Gonçalves; Francisco Reis Lima; Carla Abreu; Alexandra Táboas e António Manuel Vieira.

Antes de passar à apreciação e aprovação da ata, a Presidente da Assembleia informou os presentes que o Presidente da Câmara tinha solicitado a palavra para dar uma informação.

O Presidente da Câmara afirmou, que como é do conhecimento público, têm sido desenvolvidos diversos contactos no sentido de potenciar as Termas de Melgaço. Assim, desde janeiro tem sido procurada uma solução alternativa que seja válida e que definitivamente coloque em funcionamento as Termas de Melgaço. Dado que, no dia de ontem, foi assinada a escritura de compra dos 49% da anterior empresa por uma nova empresa, solicitou aos novos parceiros que fizessem uma breve apresentação.

Neste sentido, usou da palavra, um dos empresários responsável pela nova empresa, Marco Dias.

Seguidamente, a Presidente da Assembleia colocou a apreciação a proposta de ata da reunião de 30 de abril. Interveio o deputado Maximiano Gonçalves no sentido de que de futuro as moções a apresentar sejam lidas antes de colocadas à votação, visto que na última reunião, uma moção apresentada oralmente pelo deputado Francisco Reis Lima não correspondeu fielmente à Moção apresentada por escrito e anexa à ata.

Não havendo mais intervenientes a mesma foi posta a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº 94	Período de “Antes da Ordem do Dia”.
----------------------	--

Aberto este período de “antes da ordem do dia”, pela Presidente da Mesa da Assembleia, esta solicitou ao deputado António Nabeiro, para fazer uma súmula da última reunião da Assembleia Intermunicipal da CIM-Alto Minho, na qual esteve presente.

Seguidamente solicitou a inscrição dos deputados para o uso da palavra.

Tendo iniciado as intervenções o deputado Manuel Fernandes, que começou por referir que, passados 3 meses do acidente na rotunda de Galvão, já referido em anterior reunião, continuam por colocar os rails de proteção. Referiu também que na zona de Pomares foi cortada arborização, deixando sem proteção uma ribanceira perigosa, deixando a questão no ar de que se gasta dinheiro nas festas e é descurada a segurança. De seguida, questionou o Presidente da Câmara sobre o subsídio de 6.000 euros atribuído à Casa do Povo, que segundo lhe parece é para festas, e o subsídio de 3.000 euros atribuído ao Centro de Apoio ao Cancro, questionando qual dos dois será mais prioritário. Referiu – se também, à prova de ciclismo que ontem (sexta-feira, 28/06/2019), dia de feira provocou o caos no trânsito, questionando se os poucos operadores económicos existentes na Vila de Melgaço, não deveriam ser ouvidos e sobre os custos do evento para o município. Finalizou a sua intervenção questionando se, relativamente ao concurso de transportes escolares do ano 2018/2019, era verídico que uma concorrente recorreu a tribunal, ganhou a ação e que terá que ser indemnizada pela autarquia, referindo que se tal é verdade, qual o valor da indemnização e as consequências para quem cometeu o erro.



Seguidamente usou da palavra a deputada Manuela Lobato que iniciou a sua intervenção questionando o Presidente da Câmara se está previsto o reforço da recolha do lixo nos meses de julho e agosto, altura em que tal é prioritário. Referiu-se também à prova de ciclismo e ao enorme engarrafamento que aconteceu na zona de Prado e que envolveu também o próprio INEM. Por outro lado, referiu que as instituições que prestam serviços domiciliários deveriam ter sido ouvidas, na questão dos acessos, já que os desvios de trânsito lhes causaram grande perturbação. Terminou a sua intervenção felicitando a autarquia pela mudança do local das marchas de S.João, já que o novo espaço é o ideal, deixando apenas a sugestão, partilhada pelos grupos participantes, de no próximo ano colocar bancadas laterais.

O deputado Paulo Cerdeira fez a sua intervenção começando por se referir ao Alvarinho Winefest que decorreu na capital e que em sua opinião, foi um sucesso. Esta 5ª edição mostrou uma dinâmica ainda mais forte, com a participação de inúmeros estrangeiros e potenciando as vendas. Esta parceria com a Câmara de Monção sem dúvida que traz mais-valias. De seguida, reforçou a intervenção da deputada Manuela Lobato relativamente às marchas de S.João, referindo também a festa de S.João de Alvaredo que, ano após ano tem vindo a crescer, envolvendo a população. Continuou a sua intervenção referindo que o nosso concelho, pode ser considerado como exemplo na questão da pavimentação de estradas, já que tem continuado a apostar na repavimentação, aproveitando para felicitizar em nome de uns visitantes estrangeiros, a União de Freguesias de Vila e Roussas, pelo cuidado com a arborização existente na zona da Vila.

Terminou questionando o Presidente da Câmara sobre o ponto da situação da nova Zona Empresarial de Alvaredo, que na sua opinião é uma obra estruturante para o desenvolvimento do concelho.

Interveio de seguida o Deputado Municipal José Albano Domingues que iniciou a sua intervenção justificando a falta à presente reunião do Deputado Reis Lima por motivo de ordem pessoal. Voltou depois a referir-se ao atraso no envio da documentação aos vereadores da Câmara Municipal, já que a mesma foi enviada no domingo à tarde para uma reunião muito extensa a realizar na quarta e com centenas de páginas de documentação. Afirmou não entender o atraso verificado e que continua a acontecer, solicitando esclarecimentos sobre os motivos disto acontecer. Segundo o deputado, poderá ser entendido como uma tentativa para entorpecer a ação da oposição, mas tal não funcionará já que mesmo assim os vereadores estarão disponíveis para discutirem todos os assuntos. Referiu também que tal obriga a que os assessores, os colaboradores da câmara, os membros do gabinete de apoio da própria assembleia, andem numa azáfama total no último dia de prazo para envio da documentação, um cenário que não agrada e poderá fazer perigar a realização de alguma dessas reuniões porque se não for cumprido o prazo alguém pode dar conta do sucedido, lavrar um protesto, ausentar-se e logo a mesma reunião e consequentes deliberações poderão vir a ser anuladas. Também não é normal, num domingo à tarde quando a Câmara Municipal está fechada, haver alguém que venha cá para dentro tratar da documentação a enviar aos senhores vereadores e, por arrastamento, depois a presidente da assembleia municipal acaba por ter que contactar os deputados solicitando compreensão para eventuais atrasos. Se tal continuar a acontecer a bancada da Coligação reserva-se o direito de dar conhecimento da situação à população.

De seguida o Deputado Municipal referiu uma notícia veiculada pela comunicação social e que coloca a hipótese de a estação dos CTT de Melgaço e



outras, serem reativadas, correspondendo assim a uma nova perspetiva do novo CEO dos CTT de Portugal, questionando o presidente da Câmara se tal corresponde ou não à verdade, e se sim, qual o ponto da situação deste dossier que tem grande relevância para o concelho de Melgaço. Questionou também, se, dado o posicionamento público do Presidente da Câmara aquando do encerramento da estação dos CTT e a sua transformação em Posto dos CTT, a população concelhia se deve regozijar com esta possibilidade de reabertura ou se tal corresponderá a um retrocesso naquilo que são os interesses e aspirações do concelho de Melgaço.

Interveio de seguida a Deputada Municipal Fátima Táboas que iniciou a sua intervenção esclarecendo o Deputado José Albano de que os assessores do senhor Presidente da Câmara têm isenção de horário e de que, neste momento, existe tecnologia que permite trabalhar sem ter que franquear as portas da Câmara ao domingo ou à noite.

Referiu – se depois à questão da possível reabertura da estação dos CTT, afirmando congratular-se com a posição da nova administração dos Correios de Portugal que afirmou ser prioritária uma aproximação dos CTT aos clientes e vice-versa. A possível reabertura das estações encerradas será uma boa notícia para as populações até porque, como é do conhecimento geral, a ampla maioria dos concelhos onde encerraram as estações não conseguiram uma solução como a de Melgaço. É público que a maioria acabou por ver instalados postos dos CTT em cabeleireiros, supermercados, papelarias etc, ou então em sedes de junta de freguesia.

Felizmente no nosso concelho a solução encontrada permitiu uma transição tranquila, sem diminuição da qualidade do serviço. Afirmou, ainda, que qualquer futura solução para Melgaço terá que ter em atenção o parceiro encontrado na altura pelos CTT para solucionar a situação de encerramento. Terminou a sua intervenção afirmando que esta posição da nova administração dos CTT leva-nos a esperar um reforço nacional da atividade dos CTT, nomeadamente no que respeita à distribuição postal.

Foi depois dada a palavra ao Deputado Municipal Rui Pinho que iniciou a sua intervenção afirmando que seria a sua última reunião da assembleia no presente mandato porque, depois da golpada política que houve em Paderne decidiram “os amigos de Paderne” não se voltar a candidatar, por entender que a freguesia está em primeiro lugar. Afirmou achar que por detrás desta golpada política está o Presidente da Câmara e Presidente da Concelhia do Partido Socialista pelo simples facto de sermos uma Junta de Freguesia independente. Tem sentido na pele discriminação por parte da Câmara Municipal que não tem cumprido com compromissos que assumiu com a Junta de Freguesia e com a população de Paderne. De seguida, citou algumas das obras que ficaram por realizar culpabilizando, por tal, o Presidente da Câmara. Afirmou ter saudades do tempo em que nenhuma Junta de Freguesia era discriminada, e em que todo o concelho se desenvolvia de forma igual. Abordou depois outras questões que o preocupam como Padernense e Melgacense: a questão das termas, o PDM em que foi convocado para reunir com o Presidente e acabou por reunir com os técnicos que, nessa reunião, queriam reduzir drasticamente as zonas de construção da freguesia, coisa com que não concordou, afirmando ainda ser inacreditável o que a arquiteta, com a concordância do Presidente, está a fazer ao desenvolvimento do concelho. Terminou a sua intervenção afirmando que o Centro de Saúde de Melgaço está um caos, com falta de médicos e consultas a demorarem 3 meses, questionando o Presidente da Câmara sobre o tema.



Interveio de seguida o Deputado Maximiano Gonçalves iniciando a intervenção com referência ao assunto relativo ao atraso no envio de documentação. Afirmou compreender as preocupações da bancada da Coligação relativamente ao cumprimento de prazos, mas refutou as insinuações levantadas relativamente ao trabalho dos assessores e do gabinete de apoio.

Relativamente à prova de ciclismo que está a acontecer no concelho, referiu que, mesmo com as queixas relativamente à confusão do trânsito, que poderá e deverá ser melhorado em futuras realizações, está a ser um evento excelente para a divulgação do concelho, atraindo gente de diversos pontos do país, bem como inúmeros órgãos de comunicação social.

Continuou afirmando não poder concordar com o Deputado Rui Pinho em relação à marginalização da Freguesia de Paderne por parte do Presidente de Câmara. Todas as Juntas têm sido tratadas de forma igual e entre elas tem havido sempre um sentido de solidariedade. Claro que os Presidentes de Junta nunca estarão totalmente satisfeitos, porque infelizmente o dinheiro não abunda, mas nunca houve qualquer intenção de marginalização. Finalmente referiu esperar que com a disponibilidade da nova administração dos CTT, venha a ser resolvido o problema da distribuição do correio.

O deputado José Albano Domingues voltou a intervir para afirmar que o Presidente da Câmara tem a sua função facilitada já que existem vários deputados que tomam a iniciativa de responder por ele, às questões que lhe são colocadas. Afirmou também ser de Paderne e estar preocupado com a situação da freguesia, aguardando por um novo executivo para ver se o que foi tornado público corresponde ou não à realidade. Em relação ao Centro de Saúde mostrou também a sua preocupação quanto ao atual funcionamento. Afirmando ainda, que quando intervém fala em cargos e não em pessoas. As pessoas sentem-se incomodadas porque têm ambição política e o que é certo é que tem havido ascensão meteórica de alguns dos que aqui estão presentes, mas daí até estarem ali no lugar dos senhores Presidentes de Câmara e Assembleia ainda falta muito, questionando ainda se isenção de horário é o mesmo que ter acesso ao edifício público aos fins-de-semana e poder trabalhar com as novas tecnologias permitirá levar a documentação do município para a nossa casa? Finalmente referiu que anteriormente foi dito que toda a população estava satisfeita com a situação atual dos CTT, mas na comunicação social o que se tem ouvido é que todos preferem a reabertura da estação dos correios. Questionou ainda o deputado Maximiano Gonçalves se o pugnar pela entrega da documentação a horas terá como objetivo não trabalhar? Será o deputado a favor que não se respeite a lei relativamente aos prazos de entrega de documentação?

Voltou a intervir o deputado Maximiano Gonçalves para em resposta ao deputado José Albano Domingues, esclarecer que fora bem claro na sua intervenção ao afirmar que a bancada da Coligação tinha todo o direito em pugnar pela entrega da documentação dentro dos prazos estabelecidos. Afirmou ainda que o que referira foi não poder concordar com as insinuações feitas sobre o trabalho dos assessores e do gabinete de apoio, porque em sua opinião trata-se de gente que trabalha, afirmando que como Presidente de Junta de Freguesia também queria ter gente dessa que quando é preciso, trabalha a qualquer hora e em qualquer dia. Finalmente afirmou que relativamente à ambição política referida pelo deputado ela é legítima, mas há coisas essenciais para chegar a qualquer cargo político - primeiro ser eleito e segundo, mais importante, ganhar eleições.



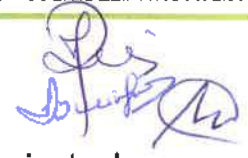
De seguida a Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara que começou por dar resposta aos assuntos levantados. Quanto às questões do deputado Manuel Fernandes afirmou que têm sido feitas diversas limpezas nas vias, nomeadamente na estrada para Castro Laboreiro, que visam criar segurança para automóveis e peões. Todos os anos é feito investimento na colocação de rails em diversos acessos do concelho. O investimento em segurança nunca foi condicionado pelo gasto em festas. Relativamente aos transtornos causados no trânsito pela prova de ciclismo, terá que existir um entendimento. Ou queremos trazer, durante todo o ano, eventos que dinamizem a atividade económica do Município, que podem trazer alguns transtornos pontuais ou não queremos fazer nada. Haverá situações que poderão ser melhoradas como por exemplo o diálogo atempado com as instituições que prestem serviço domiciliário. Quanto ao subsídio dado à Casa do Povo, trata-se de uma ajuda para a criação de um rancho folclórico, principalmente para aquisição de trajes, que estão a ser criteriosamente construídos respeitando as tradições do Município. Por outro lado, atribuímos 3.000 euros ao CADO, que está a fazer um excelente trabalho. Em relação ao concurso de transportes, houve de facto, contestação de um dos concorrentes, primeiro à Câmara e depois judicial. A contestação judicial não lhes deu razão, no sentido de afirmar que o circuito deveria ser entregue a outros, mas em determinado momento achamos por bem resolver o assunto com a empresa em questão, atribuindo um valor que não ultrapassa os 2.000 euros, terminando assim a via judicial.

Em resposta à deputada Manuela Lobato, referiu que é objetivo reforçar a recolha de lixo, através da colocação de um maior número de contentores e aumentando também o número de voltas dos veículos de recolha. Principalmente nos meses de Verão é mais difícil dar resposta às necessidades. Agradeceu ainda as felicitações que a deputada deu ao município relativamente às marchas de S.João, referindo que efetivamente o novo espaço é o adequado, parabenizando as associações participantes e referindo, em relação à instalação de bancadas, ser um caso a ter em conta.

Quanto à intervenção do deputado Paulo Cerdeira, o Presidente da Câmara referiu em relação ao Winefest, que efetivamente se está no bom caminho, com bons resultados para os produtores. A participação neste evento tem permitido aos produtores não só vendas, mas sobretudo a exposição e a abertura aos mercados dos nossos produtos. Em relação à Zona Empresarial, afirmou que a mesma é um desígnio para o município. Já houve dois momentos de reunião com a população. O Plano de Urbanização da Zona Empresarial vai agora para parecer das diversas entidades, para em setembro a Assembleia Municipal se pronunciar. Simultaneamente, está-se a trabalhar no projeto de execução da 1ª fase para se poder candidatar ao Portugal 2020. Existem já contactos por parte de empresas interessadas em se instalar nessa nova Zona Empresarial.

Seguidamente, e em resposta ao deputado José Albano Domingues, deu nota à assembleia que os documentos solicitados, na última assembleia, por ele e pelo deputado Pedro Silva, foram enviados. Em relação ao envio da documentação quer para as reuniões de Câmara e Assembleia Municipal, os prazos têm sido cumpridos, nem que para isso tenha que se trabalhar ao fim-de-semana, pelo que desde já felicitou as equipas que trabalham nesse sentido com qualidade e capacidade.

Quanto à intervenção da deputada Maria de Fátima Táboas, relativamente aos CTT, informou, também, ter recebido a notícia pela comunicação social. Não houve qualquer articulação com a autarquia sobre este assunto. A declaração feita assegura



que o serviço público prestado pelos CTT será um serviço eficaz e prestado junto das populações. O serviço tal como neste momento está a ser prestado nos CTT de Melgaço é um serviço de qualidade e as informações que chegam são de que o serviço melhorou em relação ao prestado anteriormente. Por isso, espero que qualquer futura solução tenha em consideração a empresa que está como parceira dos CTT.

Em relação ao deputado Rui Pinho, o Presidente da Câmara afirmou que o termo utilizado pelo deputado de "golpada política", não seria tema de conversa com a sua pessoa. A intervenção que o deputado fez nesta assembleia não foi mais do que um resumo daquilo que colocou a circular pela população de Melgaço. O deputado tem uma visão desesperada e duas agendas diferentes. Uma que é "eu vou-me embora e tenho que deixar aqui uma justificação" e uma outra agenda, em que mete muitos assuntos de âmbito mais concelhio que não se sabe bem qual será, mas haveremos de saber. Em relação à discriminação da Freguesia de Paderne tal é absolutamente mentira, o senhor enquanto Presidente de Junta teve acesso aos mesmos instrumentos de trabalho que as restantes Juntas de Freguesia. A sua freguesia até foi beneficiada pois recebeu 20 mil euros enquanto as outras receberam 15 mil euros, já que a seu pedido foi tido em consideração a dimensão da mesma. Depois foi tudo igual, a freguesia de Paderne recebeu nos mesmos modos e timings das restantes freguesias, as quais não se queixaram, sendo capazes de fazer as intervenções que estavam previstas. O senhor Presidente da Junta faz uma série de acusações dizendo que não se fez intervenção em Paderne. Posso afirmar que é falso, ainda o senhor era secretário da Junta de Freguesia e foi atribuído um subsídio de 44 mil euros para recuperação da Sede de Junta, tendo já sido transferido 50% do montante e não foi transferido mais porque, entretanto, o não houve obra. Em 2013/14 investiu-se na rede de água em Paderne 400 mil euros e em relação a outros investimentos na área do saneamento sabe perfeitamente que estão na parte técnica. A minha palavra é transparência e conforto de quem à frente da autarquia, anda a trabalhar e a fazer o possível sem discriminar nada nem ninguém. Em relação ao PDM, tivemos oportunidade de trazer aqui a esta sala a Dr^a Cristina Guimarães, no final de uma assembleia, onde não sei se o senhor esteve presente, para nos dar nota daquilo que eram as "balizas" para a revisão do PDM que está a ser feita em todos os municípios do país. Iniciamos o trabalho num processo de transparência ouvindo os Presidentes de Junta de Freguesia e tendo considerado todos os seus contributos. Ao haver dúvidas os primeiros contactos são com os Presidentes de Junta de Freguesia para esclarecer as mesmas. Em relação aos problemas da saúde tem mantido contacto direto com os responsáveis da ULSAM, relativamente ao reforço de médicos, já que saíram dois e entrou apenas um. Foi também informado que as pessoas estão a privilegiar a consulta aberta. Continuamos atentos, até porque temos informações que a SUB não está a funcionar bem, mas daí ao "caos" clamado pelo deputado vai uma grande distância.

O Presidente deu ainda conhecimento à Assembleia Municipal de que, recentemente, foi renovado o contrato, por mais 3 anos, com a Casa S. João de Deus para continuação da exploração da unidade de cuidados continuados.

Em relação à intervenção do deputado Maximiano Gonçalves afirmou, em resposta às insinuações do deputado José Albano Domingues, não ter encomendado ao referido deputado que o substituísse em qualquer resposta às questões colocadas. O deputado em questão terá achado que deveria fazer os seus comentários e foi isso que aconteceu.

Voltou a usar da palavra o deputado Manuel Fernandes para esclarecer que não é contra o corte de arborização. Apenas referiu que ao cortar as árvores se deixou a descoberto perigosas ribanceiras. Sobre o acordo feito com a empresa de transportes afirmou que se a câmara aceitou um acordo é porque não tinha a certeza se ganharia ou não a ação em tribunal. Terminou afirmando que nunca colocou em causa a realização de eventos no concelho, mas sim a estratégia que se colocou em ação.

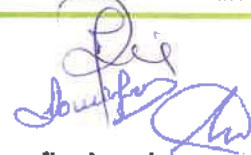
Interveio de seguida o deputado Rui Pinho para esclarecer que os 20 mil euros, recebidos pela freguesia ainda no mandato anterior e destinado a obras de remodelação da sede, ainda se encontram em caixa porque a assembleia de freguesia decidiu que com a totalidade do subsídio atribuído haveria a possibilidade de fazer uma candidatura para estruturar todo o edifício. Em relação ao problema da saúde referiu que o que lhe foi transmitido é que, nas consultas, existe um tempo de espera de cerca de 3 meses.

Voltou a usar da palavra a deputada Fátima Táboas afirmando sentir-se lisonjeada por ser alvo de atenção de alguns deputados da Assembleia. Segundo a mesma o ser humano vive de ambições e objetivos e procura metas para os concretizar e como qualquer ser humano também ela tem os seus objetivos e traça as suas metas. Propôs-se alcançar a meta de chegar a Presidente da Junta e conseguiu, mas também pode garantir que se não o tivesse conseguido, passado 2 anos, não estaria ainda a "destilar rancor por todos os poros".

Voltou a intervir o deputado José Albano Domingues para referir que não faz insinuações, faz afirmações com frontalidade. Todas as pessoas da sala foram eleitas para os órgãos a que se candidataram e é preciso deixar de lado a parte emocional e tratar as coisas com rigor. Questionou o Presidente da Câmara se não queria informar a assembleia do porquê da documentação não ter sido enviada na sexta-feira mas apenas no domingo. Questionou também se entende que existir uma estação de CTT em Melgaço, é positivo ou negativo para o concelho. Sobre a documentação solicitada, pelos deputados da coligação, na anterior reunião, a mesma foi realmente enviada, mas mais não foi feito do que a obrigação legal, porque esta assembleia é um órgão fiscalizador e é normal solicitar documentação à Câmara. Afirmou ainda que o Presidente dizer que foram cumpridos os prazos não é verdade, pois concretamente os documentos relativos a esta assembleia foram recebidos na Quinta-feira, portanto sem respeito pelos 2 dias úteis.

De seguida, interveio a Presidente da Assembleia Municipal para esclarecer que a documentação, relativa à presente reunião foi entregue na quarta-feira, tendo havido um lapso relativamente ao envio da ata, que depois de contacto explicativo através do telefone, foi corrigido no dia seguinte. Portanto toda a documentação foi entregue na quarta-feira, dentro do prazo legal, à exceção do dito lapso relativamente ao envio da ata.

Voltou a intervir o deputado José Albano Domingues para referir que reconhece o esforço desenvolvido por parte da Presidente da Assembleia, mas o certo é que o prazo não foi cumprido ao contrário do que afirmou o Presidente da Câmara. Esclareceu ainda o Presidente da Câmara que o ónus, legal e político, de uma assembleia municipal ou de uma reunião camarária não se realizar é sempre para quem não cumpre. Terminou a sua intervenção referindo que relativamente ao saneamento no lugar das Lages, as pessoas não deixaram de fazer a parte que lhes toca. Existem requerimentos, entrados na Câmara Municipal em 2017, porque estava previsto fazer em baixa aquela rede de saneamento, mas tal não aconteceu nem em



2017, nem em 2018, nem em 2019 e é do seu conhecimento pessoal e profissional que existe meia dúzia de proprietários que estão confrontados, pela agência portuguesa do ambiente com coimas que vão desde o mínimo de 10 mil euros até ao máximo de 100 mil euros, porque não existe rede de saneamento para escoar as águas e as pessoas não conseguem resolver o problema.

Voltou a intervir o Presidente da Câmara para referir que o deputado José Albano está a falar das reuniões de Câmara Municipal estando a tentar criar factos políticos. Esclareceu, no entanto, que um dos assuntos que foi à reunião de Câmara Municipal foi a transferência de competências para as Juntas de Freguesia. Houve Juntas de freguesia que só fizeram chegar a documentação no sábado, porque tiveram que esperar pelas reuniões de assembleia de freguesia. Assim apenas tentamos usar o fim-de-semana para cumprir os prazos legais. Não é uma questão de "chatear ninguém" é apenas a obrigação de cumprir os prazos legais.

Assunto nº 95	Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal;
----------------------	--

Como é de Lei, o Presidente da Câmara apresentou à Mesa da Assembleia uma informação escrita, que foi enviada a todos os deputados, sobre a atividade municipal, ficando anexa à presente ata.

A Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para, se o entendesse, explicasse com mais detalhe a informação apresentada. O Presidente referiu que, dado o avançar da hora e dado que alguns assuntos laterais que poderíamos acrescentar, já foram conversados, ao longo do período antes da ordem do dia, achou que não deveria acrescentar mais nada.

Assunto nº 96	Análise e deliberação da proposta de transferência de competências para o Município;
----------------------	---

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para dar explicação sobre o assunto. O mesmo começou por dizer que o município fora chamado a dar parecer e a pronunciar-se sobre duas novas competências: saúde e educação. Após uma análise profunda aceitamos a competência relativamente à educação, até porque já temos um longo trabalho nesta área, e não aceitamos a competência da área da saúde.

Seguidamente solicitou da palavra o deputado José Albano Domingues para afirmar que a assembleia conhece o ponto de vista da sua bancada em relação à transferência de competências. O argumento apresentado para não aceitar as competências na área da saúde é que não está definido e concretizado o chamado envelope financeiro, o que nos leva a perguntar se relativamente à educação está definido e tendo em atenção o vasto leque de competências qual é o seu valor.

O Presidente da Câmara respondeu que o respetivo envelope financeiro foi apresentado pelo Ministério, sendo analisado minuciosamente pela autarquia e estando agora em fase final de negociação relativamente a algum ajustamento de verbas. Embora ainda se esteja em negociação, achamos que o montante a transferir para o município é razoável. Estamos a falar de cerca de 1 milhão de euros.



A Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 7 abstenções do Grupo da Coligação "P'ra Frente Melgaço".

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº 97	Análise e deliberação da proposta de transferência de competências para a Entidade Intermunicipal;
----------------------	---

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para que se assim o entendesse fizesse a introdução ao assunto. O mesmo informou a assembleia de que após a análise feita na CIM Alto Minho, se propunha a aceitação das competências nos campos da saúde e educação.

Não tendo havido intervenções dos deputados presentes, a Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 7 abstenções do Grupo da Coligação "P'ra Frente Melgaço".

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº 98	Análise e deliberação das propostas de não aceitação da transferência de competências do Município para as Juntas de Freguesia;
----------------------	--

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para que se assim o entendesse fizesse a introdução ao assunto.

O Presidente começou por dizer que este ponto da ordem de trabalhos e seguintes estão interligados já que tratam de competências a transferir do município para as Freguesias. Foi feito um trabalho de diálogo com todas as Juntas de Freguesia tendo chegado ao consenso de que haveria condições para as mesmas assumirem as duas primeiras competências elencadas no despacho: gestão e manutenção dos espaços verdes e limpeza de vias e espaços públicos, não havendo condições para aceitar as restantes, neste ponto da ordem de trabalhos está, portanto a não aceitação de todas as outras competências.

O deputado Maximiano Gonçalves solicitou da palavra para referir que todo este trabalho de transferência de competências do município para as Freguesias, resulta do trabalho efetuado, ao longo dos anos, pela Associação Nacional de Municípios e pela Associação Nacional de Freguesias, respondendo aos anseios das autarquias e autarcas. Referiu que tal transferência de competências não contribuirá para novos gastos já que o envelope financeiro virá, em duodécimos, diretamente da DGAL que subtrairá a verba aos Municípios. As Freguesias do Município consideram-se incapazes, devido a falta de diversos instrumentos, de aceitar as competências referidas. Terminou chamando à atenção que em 2021 não será possível exercer esta possibilidade de renúncia a novas competências.

Interveio o deputado Manuel Fernandes para declarar ter conhecimento que em alguns concelhos as câmaras municipais fazem transferências mensais em duodécimos para as freguesias e aí acabava-se o problema.



O deputado José Albano Domingues usou da palavra para referir que temos que ter a noção da diferença de dimensão e estrutura das Juntas de Freguesia de concelho para concelho. Existem Juntas de Freguesia com cerca de 80 mil habitantes. Não podendo ser criada uma lei especial para cada freguesia deveria ser sempre proporcionada a possibilidade de não aceitar as novas competências porque o contrário obrigará não só a uma grande estrutura em termos de pessoal, mas também obrigará a custos elevados de funcionamento. Afirmou ainda que a bancada da coligação iria votar favoravelmente a aceitação de atribuições pretendidas pelas Juntas de Freguesia, mas se iria abster nesta votação. Declarou ainda que as Juntas deveriam ponderar aceitar, já que teriam condições para isso e tal contribuiria para o interesse das populações – emissão de autorização ou pelo menos receção das comunicações prévias para efeitos de queimas e queimadas.

Interveio novamente o deputado Maximiano Gonçalves para referir que a competência relativa às queimadas prevê a emissão de autorização o que, desde logo dificulta o assumir dessa competência.

O deputado municipal José Albano Domingues lembrou ao deputado Maximiano Gonçalves a diferença que existe entre “queimas” e “queimadas”, apenas estas últimas carecendo de autorização da autarquia local, ao passo que as primeiras, quando realizadas fora do período crítico, apenas carecem de comunicação prévia, ou seja, essa competência não refere autorização, mas sim autorização ou receção.

O deputado Maximiano Gonçalves não concordando com a intervenção anterior leu o enunciado do ponto em questão, considerando-o esclarecedor.

A Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação **tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 7 abstenções do Grupo da Coligação “P’ra Frente Melgaço”.**

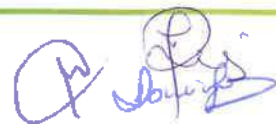
Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº 99	Análise e deliberação das propostas de aceitação da transferência de competências do Município para as Juntas de Freguesia;
----------------------	--

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para que, se considerasse pertinente, fizesse a introdução ao assunto.

O Presidente começou por dizer que em reunião com os Presidentes de Junta de Freguesia foi definido que em relação à transferência destas duas competências do Município para as freguesias seria atribuído o valor anual de 20 mil euros para as Uniãos de Freguesia e a Freguesia de Paderne e 15 mil euros para as restantes.

Solicitou da palavra o deputado Jorge Ribeiro para chamar a atenção, que já que a obrigatoriedade de aceitação será em 2021 é necessário dotar as juntas de Freguesia de meios e equipas capazes de receber essas competências. Estas transferências vêm no âmbito daquilo que as Juntas já vinham fazendo, através dos acordos de execução, embora a Coligação não concorde e ache que merecia ser melhor trabalhado o cálculo das verbas, já que haverá diferenças substanciais entre as freguesias que mereciam análise.



A Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação tendo a proposta sido aprovado por unanimidade.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº100	Análise e deliberação da transição do sistema de abastecimento de água da titularidade da Junta de Freguesia de S. Paio para o Município;
----------------------	--

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para que fizesse a introdução ao assunto.

O presidente da Câmara fez uma introdução ao assunto sobre a situação legal relativamente ao sistema de abastecimento de água. Afirmou que teve a oportunidade de se deslocar a Lisboa ao ESSAR com os Presidentes de Junta que ainda têm responsabilidade nesta área, para que pudessem colocar as questões pertinentes e tentar chegar a um consenso. A Junta de Freguesia de S. Paio e a Câmara Municipal por sua vez iniciaram um trabalho que agora é apresentado, para que se pudesse chegar, dentro do enquadramento legal, a um valor que, de alguma forma, possa recompensar a freguesia. Procurou-se fixar o valor do património em rede de abastecimento de água na freguesia chegando a um valor de compensação, valor esse que será transferido 50% no ano de 2019 e 50% em 2020 passando a rede a ser gerida pela Câmara Municipal.

Interveio o deputado José Albano Domingues para referir que em qualquer negócio há sempre uma parte mais forte e uma parte mais fraca e como tal tem que se ter em atenção que não se pode prejudicar a freguesia a água é um bem essencial para a vida humana é algo entranhado nas populações rurais. Não é uma inabitabilidade, a transferência da titularidade para a Câmara Municipal já que a lei prevê que possa continuar a ser gerida pela Junta de Freguesia, por exemplo, através da transferência de competências. Gostaria de saber se houve cuidado de auscultar a população da Freguesia de S. Paio e se foram recebidos os contributos das pessoas que estão envolvidas no processo. Os particulares predispuseram-se para ceder as nascentes de prédios particulares para a rede pública da freguesia e agora vêm-se confrontados com esta situação. O deputado afirmou, que a freguesia não vai receber a justa compensação, chamando também atenção para as outras Juntas de Freguesia que ainda tem a água a seu cargo. Terminando a intervenção com uma explicação sobre o modo como deveria ter sido feito o cálculo para a compensação. Assim foi um excelente negócio para o município e um mau negócio para a freguesia.

Seguidamente foi dada a palavra ao Presidente da Câmara que referiu que os cálculos da compensação a atribuir tiveram em consideração os investimentos feitos, quer pela Câmara, quer pela Junta quer pelos Fundos Comunitários. Não se procurou penalizar a Freguesia. A estimativa a que se chegou foi rigorosa. A população foi auscultada pela Junta de Freguesia de forma clara e transparente. É certo também que a gestão da água pela Câmara Municipal permitirá uma gestão mais rigorosa, combatendo as quebras. Não estamos a pressionar nem manipular ninguém, procuramos sim o diálogo como meio de chegar a consensos.

Interveio novamente o deputado José Albano Domingues para dizer que não usara o termo "manipulação". Chamou a atenção para o facto do Presidente da Câmara ter afirmado que a Câmara Municipal geria melhor a água que as Juntas de Freguesia.

Não havendo mais pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 7 votos contra do Grupo da Coligação P'ra Frente Melgaço”

O Grupo da Coligação P'ra Frente Melgaço”, ficou de apresentar declaração de voto.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº101	Análise e deliberação da desafetação de uma parcela de terreno do domínio público do Município;
----------------------	--

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o assunto em análise.

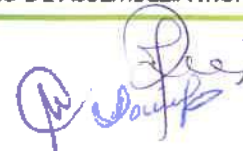
O Presidente começou por dizer que, depois de sensivelmente dois anos de insistência para que se efetivasse o concurso para distribuição, no município, de gás natural, avançou finalmente o processo estando agora numa fase de implantação de estruturas.

Finalmente foi recebida a notícia de que foi homologado o resultado do concurso, saindo vencedora a empresa Sonorgás. A referida empresa está agora na fase de implantação de estruturas e para isso tem procurado terrenos para implantar as unidades de distribuição de gás. Uma junto à zona industrial para servir as unidades fabris e outra nos arredores da Vila. Referiu, também, que nas obras de requalificação urbana que estão a decorrer em algumas ruas da Vila de Melgaço, já está a ser instalada a rede de condutas para o gás natural. Na zona industrial foi considerado existir um espaço, que neste momento não está a ser aproveitado, que é o antigo polidesportivo, construído há cerca de 20 anos e que no momento atual está sem utilização, podendo por isso ser uma boa alternativa para instalação da unidade de distribuição de gás natural. É isso que é trazido à presente reunião, uma proposta de desafetação desse espaço do domínio público do Município, para o domínio privado do mesmo, a fim de ser possível depois fazer o negócio com a empresa, em moldes a combinar, para instalação da referida unidade.

Intervio de seguida o Deputado Jorge Ribeiro para questionar o Presidente da Câmara se quando se refere à instalação de condutas nas obras que estão a decorrer na requalificação urbana se trata de um investimento feito pela Sonorgás ou se as obras já contemplavam essa instalação de condutas para o gás natural. Questionou também se existe já uma calendarização para a chegada do gás natural a Melgaço.

Voltou a intervir o Presidente da Câmara Municipal para referir que as obras de instalação das condutas estão a ser pagas pela referida empresa. Em relação à chegada do gás natural a previsão é de cerca de ano e meio.

Intervio de seguida o Deputado José Albano Domingues para questionar se o local onde se prevê instalar a unidade de distribuição corresponde exatamente ao espaço onde atualmente está instalado o polidesportivo de Penso. Segundo o deputado, a sua bancada fica apreensiva por se estar a usar um espaço, catalogado como espaço verde, para instalar uma unidade de gás. Entende que não faltariam outros terrenos para a instalação da referida unidade. A empresa deve estar muito satisfeita, já que as obras de adaptação daquele espaço não lhe trarão grandes investimentos. Parece que se entrega de bandeja, a um privado, uma infraestrutura ali instalada para outros fins. Acabar com um equipamento que custou milhares de euros e foi pensado para a prática desportiva da população é um erro crasso e



impensado. O executivo tem dito que a aposta do município tem obrigatoriamente que passar pelo eixo saúde/turismo/desporto e lazer e está afinal a eliminar uma estrutura que se enquadra nesta aposta.

Voltou a intervir o Presidente da Câmara para mostrar estupefação com alguns dos comentários do Deputado, afirmando que existe necessidade de investimento no concelho e é fundamental para as empresas, as que já estão instaladas e as que se pretendem instalar, a existência da rede de gás natural. As empresas dão uma importância vital à existência dessa rede. Por isso faz todo o sentido existir, junto da zona industrial, uma unidade de distribuição de gás natural, um equipamento importante para o desenvolvimento do concelho. O polidesportivo foi construído antes da existência do Centro de Estágios. Agora as populações têm instalações desportivas de excelência no Centro de Estágios onde se podem concentrar e praticar, com todas as comodidades, muitas modalidades de desporto. Ter um espaço que não é usado, ao abandono, quando pode ali ser instalada uma unidade de apolo à zona industrial, parece ser apropriado. O desativar o referido polidesportivo não coloca em risco a estratégia que vem sendo seguida pelo executivo.

Pediu novamente a palavra o Deputado José Albano Domingues para referir que o Presidente da Câmara não tem que ficar incomodado com o posicionamento da bancada da oposição. A democracia é isto. Nós também não concordamos com o seu posicionamento e não fazemos esse tipo de comentários. Eu transmiti à Assembleia Municipal qual o nosso posicionamento relativamente a este assunto, o Presidente da Câmara assumiu que a estrutura que atualmente ali existe não tem interesse; é a sua posição. Diz também que é extremamente essencial a existência do gás natural. Não colocamos isso em causa, mas é verdade que as empresas estão a funcionar mesmo sem o gás. Quando houver gás natural as empresas vão agradecer, mas não será pelo facto de não haver que deixam de funcionar. O Presidente da Câmara diz que o gás natural será uma realidade dentro de ano e meio, portanto não sendo de imediato porque não esperar, para ver se haverá ou não outros locais mais apropriados para instalar a dita unidade. Seguindo a lógica do Presidente da Câmara e dado que o Centro de Estágios tem tido um decréscimo de utilização, também deverá ser desativado?

Interveio depois o Deputado Rui Pinho para referir ser favorável à vinda do gás natural para Melgaço, mas mostrando total discordância com a instalação da unidade no polidesportivo, com certeza que haveria outros locais mais apropriados.

Solicitou depois a palavra o Deputado Paulo Cerdeira para mostrar discordância com as posições dos Deputados José Albano Domingues e Rui Pinho. Afirmou conhecer bem a zona, dizendo que o polidesportivo foi criado há muitos anos, numa altura em que não havia outras instalações desportivas no concelho. Segundo referiu o polidesportivo encontra-se ao abandono, sem qualquer utilização e, atualmente, até não se pode dizer que esteja enquadrado pois está no meio de uma zona industrial. Terminou afirmando que lhe parece muito bem a instalação no local da referida unidade de distribuição de gás natural.

Interveio depois o deputado Diogo Castro para concordar com a intervenção do deputado Paulo Cerdeira, referindo que faz todo o sentido desativar o polidesportivo, que não é utilizado por ninguém, e instalar ali a unidade de distribuição de gás natural que virá beneficiar as empresas e a população.

Voltou a intervir o Presidente da Câmara para referir que aceita e respeita todas as opiniões, mas ninguém pode impedir que estranhe algumas das posições reveladas, pois parecem-lhe incoerentes e sem sentido. Criar melhores condições



para as empresas é fundamental. No mandato anterior houve uma empresa galega, da área da metalurgia que colocou dificuldades em relação ao terreno e também à não existência de gás natural. Sobre o ponto de vista desportivo o Deputado diz que o Centro de Estágios tem menos atividade, se calhar é porque não passa por lá e não assiste às imensas atividades que por lá acontecem durante todo o ano. Cada vez há mais atividades. Afirmou ainda que o próprio vereador do PSD, na última reunião de Câmara, afirmou que no seu ponto de vista deveria até acontecer outro Centro de Estágios porque este tem sido fundamental.

Interveio novamente o Deputado José Albano Domingues para referir que o Presidente da Câmara pode ser muito bom em termos de argumentação, até porque teve preparação para isso, mas, na sua opinião, é mais discutível como Presidente da Câmara. Afirmou também que vai todos os fins-de-semana ao Centro de Estágios e que nunca lá encontrou o Presidente da Câmara, referindo até que há dezenas de fins de semana que não o vê em Melgaço. Em relação à intervenção do deputado Paulo Cerdeira afirmou que os tempos mudam e os posicionamentos também, já que ouviu tantas vezes o Deputado referir que era importante criar estruturas nas freguesias e agora ouve-o defender o contrário. O deputado Paulo Cerdeira criticou a situação do polidesportivo, mas não foi a Câmara que construiu o mesmo na zona industrial?

Pediu novamente a palavra o Deputado Paulo Cerdeira para responder ao Deputado José Albano Domingues referindo que efetivamente foi a Câmara que lá construiu o polidesportivo, mas é preciso não esquecer, que foi há muitos anos, num tempo e numa lógica diferentes. O mundo evoluiu e chegou-se à conclusão que um equipamento que não é utilizado não faz falta e será mais útil se for redirecionada a sua utilização.

Não havendo mais intervenções a Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 8 votos contra (7 do Grupo da Coligação P'ra Frente Melgaço" e do deputado Rul Pinho).

A bancada do Grupo da Coligação P'ra Frente Melgaço", ficou de apresentar declaração de voto.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº102	Análise e deliberação dos Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia de S.Paio e União de Freguesias de Chaviães e Paços, no âmbito dos transportes;
----------------------	--

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para que fizesse uma introdução ao assunto. O Presidente da Câmara referiu tratar-se dos habituais contratos interadministrativos, para circuitos de transportes escolares com a Junta de Freguesia de S. Paio e a da União de Freguesias de Chaviães e Paços.

Interveio o deputado Manuel Fernandes para referir que, como em anos anteriores, é contra a celebração destes contratos já que deveriam ser realizados concursos públicos abertos às empresas privadas, não havendo interessados então poderia pensar-se em celebrar contratos com as Juntas. Assim, como habitualmente, o preço ficará mais caro ao erário público.

Interveio de seguida o deputado José Albano referindo que a assembleia já conhece a posição do seu grupo parlamentar. Seria um ganho serem privados a fazer esses

serviços. Não estando as Juntas de Freguesia vocacionadas para este tipo de atividade, entende-se que a celebração destes contratos é uma forma de atribuir verbas às mesmas e que se deveria aproveitar as mais-valias geradas com a entrega dos transportes a quem esteja vocacionado para a atividade transportadora para reforçar as verbas a entregar às Juntas de Freguesia em questão”.

A Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação **tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 1 voto contra do deputado Manuel Fernandes e 6 abstenções do Grupo da Coligação P'ra Frente Melgaço”.**

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº103	Análise e deliberação da assunção de compromisso plurianual com a ADEMINHO, no âmbito da execução de Protocolo de colaboração para a constituição de Gabinete de Inserção Profissional;
----------------------	--

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para que, se assim o entendesse, fizesse a introdução ao assunto.

O Presidente referiu que a ADEMINHO é, desde há vários anos, a entidade gestora do Gabinete de Inserção Profissional. Fez agora novamente o concurso para atribuição do mesmo e conseguiu a sua manutenção, por um período de mais três anos, embora apenas com um financiamento de 50%. Combinou-se assim que, para manter o referido Gabinete em funcionamento a tempo inteiro, seria necessária a intervenção do Município através da concessão de um financiamento de 9.200€ / ano.

Solicitou a palavra o Deputado Jorge Ribeiro para referir que os Deputados Municipais só agora, através da intervenção do Presidente da Câmara, foram corretamente informados sobre as condições e valores, já que o protocolo enviado na documentação está “pobre” pois faltam-lhe dados importantes que permitam fazer uma correta análise. Questionou o Presidente sobre o tipo de contrato que será efetuado com a pessoa que assegurará o funcionamento do Gabinete, que já funciona há sete anos. Gostando também de saber qual o modo de contrato realizado até agora.

Voltou a intervir o Presidente da Câmara Municipal para esclarecer que o valor de 9.200€ é efetivamente anual. Até agora o Gabinete tinha um financiamento de 100%, com um contrato na modalidade de recibos verdes. Quando agora foi feita a nova candidatura falou-se, de imediato, que faria sentido que a técnica afeta ao Gabinete fosse recrutada com um contrato a termo certo e foi isso que aconteceu. O contrato iniciou-se em 1 de junho e será um contrato de três anos, que é o tempo de financiamento do IEPF.

Interveio novamente o Deputado Jorge Ribeiro para referir que, conforme o que está a ser referido pelo Presidente da Câmara, durante os 7 anos anteriores o Município, através da ADEMINHO, terá participado numa contratação a recibos verdes.

Voltou a ser dada a palavra ao Presidente da Câmara que referiu saber que não terá sido sempre a mesma pessoa que esteve em funções no dito Gabinete, considerando que, por tal não ser um vínculo adequado para ninguém, no momento

em que o Município foi convidado a entrar diretamente no processo, foi colocada a questão de o vínculo ser diferente.

O deputado Jorge Ribeiro pediu a palavra para dizer tratar-se de uma situação lamentável e que o deixa boquiaberto. Uma situação que ainda por cima tem a colaboração do IEFP o que faz com que não possa ser aceite e que levará a bancada a reunir para ver qual a posição a tomar sobre o assunto.

A Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação **tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 7 abstenções do Grupo da Coligação P'ra Frente Melgaço**".

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº104	Análise e deliberação da assunção de compromisso plurianual no âmbito da contratação de serviço para o Plano de Gestão Municipal;
----------------------	--

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para introduzir o assunto.

O Presidente deu nota de que existe a oportunidade de, através do programa 2020, conseguir um financiamento para formação de pessoal da Câmara Municipal, concedido por três anos e obrigando assim a que o mesmo seja assumido através de um compromisso plurianual.

Não havendo intervenções a Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação **tendo a proposta sido aprovado por unanimidade.**

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº105	Análise e deliberação da consolidação de Contas do ano de 2018;
----------------------	--

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para que, se assim o entendesse, fizesse a introdução ao assunto.

O Presidente deu nota, tratar-se da consolidação de contas do universo da autarquia. Os ROC dão nota positiva nessa consolidação e mostrando-se disponível para esclarecer qualquer dúvida.

O deputado Pedro Silva começou por referir que depois da análise dos documentos recebidos, a nova variável da Cura Aquae que foi apresentada, leva a que se vejam as contas de outra forma, principalmente o que tem a ver com o futuro da empresa. Em relação às empresas da área da Câmara, a Melsport continua numa situação frágil, muito dependente das transferências do município; as Termas estão fechadas e há um período que poderemos chamar de gestão Pinto da Costa, que apresenta um prejuízo de cerca de 300 mil euros.

Em reuniões anteriores o senhor Presidente disse que a Cura Aquae não tinha dívidas ao Grupo Casais. A Cura Aquae efetivamente não deve nada ao Grupo Casais, mas nas contas está mais de 1 milhão de euros de suprimentos para o Grupo



Pinto da Costa. Este facto vem contrariar aquilo que o senhor Presidente disse, que não havia dívidas.

Existem ainda 3 meses de dívida à segurança social que irá ser pago num plano de prestações. Quem ler o relatório de gestão das Termas ou não sabe o que se passa ou julga estar noutro planeta. O relatório não faz referência às termas estarem fechadas o que não deixa de ser pouco transparente. Tinha outras questões mas prefere não as fazer dando assim oportunidade ao novo parceiro, mas não pode deixar de questionar porque existe a dívida à Carina Pinto da Costa e também qual o valor da compra da comparticipação social pela empresa, na altura em que o Pinto da Costa comprou ao grupo Casais.

Seguidamente usou da palavra o deputado Jorge Ribeiro referindo que a questão do grupo Pinto da Costa deixa-nos a todos incomodados. Salientou que sempre que faz algum reparo ou crítica é no sentido positivo, pois como melgacense, pugna pelo melhor para a sua terra. Recordou que o Presidente, aquando do anúncio da vinda do Grupo Pinto da Costa, afirmou que era um grupo fantástico com experiência e conhecimento e acabou no final por dar no que deu. Nós não temos responsabilidade nessa aposta falhada. Há uns 3 anos atrás o vereador Manuel Rodrigues levou à reunião de Câmara o facto de estarem a aparecer algumas irregularidades na gestão das termas, nomeadamente o facto dos gestores, então do grupo Casais, não aparecerem nas Termas, nem sequer para assinar protocolos com diversas entidades. Qual foi o resultado dessa chamada de atenção do vereador Manuel Rodrigues sobre este tema? Nessa mesma noite a funcionária das Termas que passou essa informação foi despedida. Na reunião anterior teceu alguns comentários menos agradáveis sobre o grupo Pinto da Costa mas que só espelhavam aquilo que é o pensamento da grande maioria dos melgacenses, pois no Jornal seguinte teve uma resposta da senhora gestora. Por isso às vezes diz, "não me parece estamos todos no mesmo barco".

Sobre a consolidação de contas existe uma questão, sobre o centro de estágios que está por resolver. Penso que ainda não haverá solução para a transferência das verbas do município para o Centro de Estágios reprovada pelo Tribunal de Contas.

Em resposta às intervenções o Presidente da Câmara em relação às questões colocadas pelo deputado Pedro Silva, a dívida da Carina Pinto da Costa foi objeto da transação e do negócio feito com a nova empresa, estando resolvida nesse âmbito. A questão do valor da compra da "Marco Turismo" pela empresa Pinto da Costa foi feita pelo valor simbólico de 1 euro.

Em resposta ao deputado Jorge Ribeiro sobre o Centro de Estágios, foi à reunião de Câmara o novo contrato programa com a Melsport mas acabou por ser retirado da mesma, em virtude do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, estar nesse momento em período eleitoral e portanto não poder assumir alguns dos protocolos. Assim, esperamos que ficasse resolvida a questão do IPVC, e de imediato, avançaremos com o mesmo processo, que cumprirá todas as exigências do Tribunal de Contas. Em relação ao despedimento de alguém que teria passado informação sobre alguém da oposição acho muito estranho. Não faço ideia do que se passou e nesta casa não há, nem nunca haverá nenhum sistema especial de informação, não foi a CMM que despoletou tal situação.

A Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 7 votos contra do Grupo da Coligação P'ra Frente Melgaço".

As bancadas do Partido Socialista e do Grupo da Coligação P'ra Frente Melgaço", ficaram de apresentar declaração de voto.

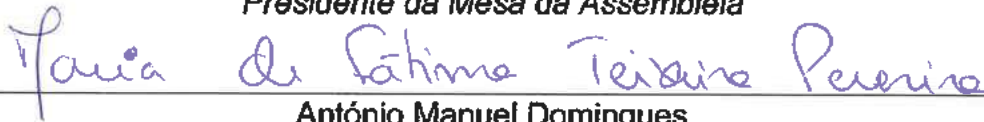
Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº106	Intervenção do Público;
----------------------	--------------------------------

A Presidente da Assembleia questionou se, alguém do público queria colocar alguma questão, não tendo havido nenhuma intervenção.

E, nada mais havendo a tratar, quando eram 13h50minutos, foi a reunião encerrada pela senhora Presidente da Mesa, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

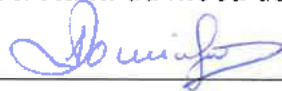
Maria de Fátima Teixeira Pereira
Presidente da Mesa da Assembleia



António Manuel Domingues
1º Secretário da Mesa da Assembleia



Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues
2ºsecretária da Mesa da Assembleia



**DECLARAÇÃO DE VOTO DO GRUPO DA COLIGAÇÃO PPD/PSD-CDS/PP RELATIVAMENTE AO
SENTIDO DE VOTO EXPRESSO QUANTO AO ASSUNTO Nº "7." DA "ORDEM DO DIA" DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE MELGAÇO DE 29/06/2019**

**("Transição do sistema de abastecimento de água da titularidade da Junta de Freguesia de São
Paio Para o Município")**

Como tivemos oportunidade de esclarecer na Assembleia a nossa tomada de posição nesta matéria contende com a atuação do senhor Presidente da Câmara e Executivo PS no processo que culminou com a transferência da titularidade do sistema de abastecimento de água da freguesia de São Paio para o Município de Melgaço.

Na solução negociada e consensualizada dúvidas não nos subsistem de que a Câmara se assume como a parte contratual mais forte, com assinalável ascendente sobre a Freguesia, o que por aquela foi usada para não acautelar, como entendemos não terem sido devidamente acautelados, os interesses da Junta de Freguesia e da população de São Paio.

Tomamos conhecimento da intenção desta transição com preocupação e bastantes reservas.

Reservas, desde logo, porque temos bem presente o quanto o recurso "água" se assume como vital para a vida na terra e a própria existência humana, ao qual o acesso, ao menos com garantias de qualidade e continuidade, se torna cada vez mais difícil e dispendioso. Reservas, também, porque sabemos que a propriedade sobre um tal bem ou recuso se mostra extremamente enraizada, mesmo entranhada, no seio das populações dos meios rurais.

Realçamos que esta transição não traduz uma inevitabilidade. E não a traduz, nomeadamente, em função da possibilidade de a gestão da água, enquanto incumbência do Município, continuar nas Juntas de Freguesia através da delegação de competências, possível ao abrigo do disposto no artigo 131º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Que assim é atesta-o, também, o facto de a lei que regula esta matéria já ter vários anos de vigência e até hoje haver Juntas de Freguesia (como é o caso da de São Paio, mas também as do Vale do Mouro - Couso, Gave, Parada do Monte e Cubalhão) a fazer a gestão das águas, designadamente no âmbito dos Protocolos celebrados com o Município de Melgaço.

Não conseguimos conceber como, num processo com tamanha importância para as gentes de São Paio, a Câmara Municipal não promoveu um processo de publicitação e de auscultação da população, a qual se irá deparar com a realidade desta transição sem se poder manifestar ou dar contributos a propósito.

E legitimidade não lhe faltaria, até porque, a ser como em muitas outras freguesias, parte dos pontos de captação, sejam minas, nascentes ou furos, foram cedidos à Junta de Freguesia, na maior parte dos casos até de forma gratuita, para, em prol da freguesia (que não do Município), virem a ser explorados e coletivamente usufruídos.

E em quantas e quantas situações não foram os próprios particulares a construir, no todo ou em parte, as redes de distribuição, pondo o seu labor e pagando do seu próprio bolso tubagens e acessórios de ligação?

Defendemos que, mesmo a concretizar-se esta transição, esta designada “mutação dominial subjetiva”, a Constituição da República Portuguesa (e não só nem principalmente o Código das Expropriações), impõe se pague, se compense, e se indemnize, a Freguesia de São Paio pelo real ou justo valor do sistema de abastecimento, para que em vez de uma consensual e equilibrada transmissão não estejamos a falar de uma “municipalização” ou espoliação de propriedade alheia (seja pública ou privada). O princípio da boa fé, que deve subjazer às soluções negociadas e à feitura dos contratos, assim o impõe.

Questionámos, pois, porque especial razão se entende deverem seguir-se as orientações da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Saneamento) no sentido da concretização da transferência das infraestruturas da Junta para o Município, mas já não se dever seguir o entendimento pela ERSAR propugnado no que concerne aos critérios de valorização e de avaliação do justo valor a pagar.

E isto é tanto mais importante quanto é fundamental que também outras Juntas de Freguesia, como é o caso das referidas do Vale do Mouro, que ainda mantém a gestão de tais recursos, concentrem esforços nessa manutenção, e, em último termo, não se desfaçam ao desbarato daquilo que pertence às freguesias que os senhores Autarcas locais representam.

Note-se que a serem seguidos os critérios da ERSAR, para o atingimento do *quantum* a pagar pela Câmara, a Junta de São Paio teria direito a receber, por tal transferência, perto de um milhão de euros, mais concretamente 915.000,00 €uros, sendo 55.000,00 € para as captações (e no quadro de um sistema autónomo para menos de 500 habitantes, quando São Paio tem mais habitantes do que esses), 140.000,00 €uros para os reservatórios, e 720.000,00 € para as redes de distribuição (ou seja, 12 km - adotados pela Câmara por termo comparativo com a rede de saneamento, mas entendendo nós que por defeito, pois que a rede de saneamento não vai até às nascentes e reservatórios, como vão os tubos condutores das águas - a multiplicar por 1.000 metros lineares x 60,00 €/ml).

Nas contas que a Câmara Municipal faz nem só não se seguem os critérios avaliativos ou valorativos da ERSAR, como não se contabilizam as redes de distribuição, alegando que houve financiamento para a sua construção (perguntámos que interessa ter havido financiamento, ou recebidos subsídios ou fundos, se feitas as transferências das verbas para as Juntas, e por estas realizadas as obras, as atinentes infraestruturas passaram a ser da Freguesia?), nem tão pouco se contabilizam duas das células do reservatório.

Finalmente, e para cúmulo, mesmo pagando um valor residual, de cerca de 91.000,00 €uros, a Câmara ainda irá pagar à Junta de Freguesia em prestações, prolongadas nos anos de 2019 e 2020.

Para terminar, e certamente como bónus, de acordo com o que se encontra exarado na cláusula terceira da minuta do contrato administrativo de transmissão a outorgar entre a Câmara e a Junta, o Município ainda irá receber os imóveis que integram o sistema de abastecimento (transmissão, não só das infraestruturas, mas também das parcelas onde as mesmas se encontram implantadas, nomeadamente as nascentes, a cujo direito e legalidade, nestes moldes, se nos oferecem reservas).

É, pelo exposto, o nosso sentido de voto.

Os eleitos do PSD no Grupo Municipal da Coligação “Prá Frente Melgaço”.

**DECLARAÇÃO DE VOTO DO GRUPO DA COLIGAÇÃO PPD/PSD-CDS/PP RELATIVAMENTE AO
SENTIDO DE VOTO EXPRESSO QUANTO AO ASSUNTO Nº “8.” DA “ORDEM DO DIA” DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE MELGAÇO DE 29/06/2019**

**(“Desafetação de uma parcela de terreno do domínio público para o domínio privado do
Município”)**

A desafetação, do domínio público para o domínio privado do Município, trazida a deliberação desta Assembleia Municipal de Melgaço, tem o propósito de vir a posteriormente transmitir a parcela em questão para um privado, concretamente para a empresa “Sonorgás – Sociedade do Gás do Norte, S.A.”.

Não estamos a falar, porém, de uma parcela de terreno qualquer, mas antes do polidesportivo que foi construído, há cerca de 20 (vinte) anos a esta parte, nos limites da freguesia de Penso, num dos Lotes da Zona Industrial.

Depois de confirmado que a parcela em questão correspondia, de facto, àquela infraestrutura, vocacionada para o uso coletivo, na área do desporto e lazer, confessamos que mais estupefactos ficámos ainda.

Com efeito, do que estamos a falar é rigorosamente de transformar uma área adstrita a espaços verdes numa área para implementação de uma infraestrutura de gás.

Se concordamos que o gás natural pode ser tido como uma mais valia para os consumidores, temos também por certo que nada obstará a que a empresa ou promotor privado que pretende a instalação daquela unidade autónoma no concelho de Melgaço procurasse ou buscasse, para esse efeito, um qualquer outro terreno.

Essa parcela para instalação poderia ser perfeitamente na Nova Zona Industrial, ou Empresarial, de Alvaredo, projetada construir e cuja construção desejamos seja uma realidade a curto prazo. Tendo presente o que acabamos de dizer, e, por outro lado, que o gás natural será, por informação do senhor presidente da Câmara, uma realidade em Melgaço apenas dentro de um ano e meio, e mesmo que outro

terreno disponível no concelho inexistisse, não vemos qual o problema em se aguardar. Não se objete, como referiu o senhor presidente da Câmara, com a necessidade de fornecer as empresas do Parque Industrial. Necessidade não é urgência. As empresas já implantadas na Zona Industrial de Penso laboram desde há dezenas de anos e mesmo sem a disponibilidade de um tal recurso.

Dizer ainda que se nos afigura completamente impensado estar a desativar, ou destruir, um equipamento que custou milhares de euros, pensado e executado em prol da utilização pública, para depois o entregar em bandeja a um privado, que certamente muito agradecido ficará por poder chegar ali e já ter criada e pronta a infraestrutura de base para colocação da unidade autónoma de gás.

E isto é tanto mais surpreendente quanto é certo que ouvimos o senhor Presidente da Câmara e executivo PS, constantemente, a apregoar que Melgaço é um concelho que tem de apostar forte na saúde, no turismo, no desporto e no lazer. Apostar destruindo as infraestruturas já existentes a esse nível?

Perfeitamente impensado, finalmente, e a nosso ver, porque se está a olvidar o incremento populacional que a nova Zona Industrial, ou Empresarial, de Alvaredo pode aportar para os núcleos populacionais ou residenciais envolventes, o que tornará necessária a posterior criação de equipamentos de utilização coletiva na área do desporto, do lazer e do entretenimento.

O senhor presidente da Câmara, quando questionado a tal respeito, assumiu que o polidesportivo atualmente existente não é usado por ninguém e que não tem interesse. Que não tem interesse é uma afirmação cuja responsabilidade política fica com quem a profere.

Sabemos, até pelos documentos das contas consolidadas das empresas municipais, ou de participação municipal, concretamente a "Melsport...", que o Centro de Estágios de Melgaço vem sofrendo um decréscimo na procura por parte dos utentes. Seguindo a lógica expressa pelo senhor Presidente da Câmara, e perante esses dados, também devemos desativar ou destruir o Centro de Estágios?

Similarmente, e como bem observava um deputado da Coligação, o facto de as pessoas não irem à Igreja postula que tenhamos de as deitar abaixo?

Uma nota final para as observações, que não podemos deixar de reputar de completamente absurdas, do senhor deputado municipal Paulo Cerdeira, que até já foi Presidente da Junta de uma Freguesia confinante com a da situação do polidesportivo em causa, ao qual sempre escutámos defender os investimentos em infraestruturas ao nível das freguesias, que agora, incoerentemente, defende a inutilização daquela infraestrutura desportiva, proferindo afirmações que temos por verdadeiramente caricatas e até insensatas, tais como que a oposição defender a manutenção daquele polidesportivo é pura politiquice (será “politiquice” defender as infraestruturas de utilização pública, nas freguesias, no campo da salutar prática desportiva e do lazer, sem ter de se ir sempre para a Vila de Melgaço para fazer tudo e mais alguma coisa, incluindo desporto?), e (usando de tom jocoso), que “*essa de ir fazer desporto para a Zona Industrial é boa!*” (não sabe o senhor deputado que foi o partido que ele, agora, representa, em cujas listas foi eleito, que projetou e executou um polidesportivo numa parcela da Zona Industrial de Penso?!...).

Somos, pois, pelas expostas razões, frontalmente contra.

Os eleitos do PSD no Grupo Municipal da Coligação “Prá Frente Melgaço”.

**Grupo Parlamentar
Coligação Prá Frente
Melgaço****DECLARAÇÃO DE VOTO DO GRUPO DA COLIGAÇÃO PPD/PSD-CDS/PP SOBRE O SENTIDO DE VOTO
EXPRESSO QUANTO À CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO ANO 2018 DO GRUPO MUNICIPAL DE EMPRESAS.**

30/06/2019

As 3 empresas que pertencem ao universo empresarial do município são consideradas estratégicas, e são instrumentos de valorização, projeção e criação de visibilidade do nosso território.

Tem que ser preocupação do executivo e das equipas de gestão de cada uma das empresas o crescimento e a sustentabilidade de cada uma delas .

É nossa responsabilidade, enquanto eleitos, analisar as contas consolidadas apresentadas pelo executivo, fazer a análise individual à situação de cada uma das empresas, e ainda, perante as interpelações colocadas e as respostas dadas pelo executivo na Assembleia Municipal de 29.06, deixarmos as seguintes considerações:

Melsport:

- A Melsport continua a ter uma situação de exploração frágil, faturou em 2018 – 812.613,00 euros, um decréscimo de 2% relativamente a 2017.
- Agrava-se a situação pois as transferências do município para a Melsport aumentaram de 539.000,00 euros para 578.000,00 euros, um acréscimo de 39.000,00 euros, o que não contribui para o equilíbrio comercial que deveria ser apanágio da boa gestão da Melsport.
- Este valor representa que o Município compra diariamente à Melsport um valor de serviços a rondar os 2 mil euros.
- Cada cidadão Melgacense tem que contribuir, do orçamento municipal, anualmente, com mais de 72 euros para sustentar a atividade da Melsport.
- O dia que o Município não possa fazer face a este valor, a continuidade e a existência da Melsport será colocada em causa.
- É necessário que o executivo prossiga ativamente uma política de independência da Melsport face ao município, de equilíbrio ao nível da política comercial da Melsport e de sustentabilidade das boas contas da empresa.
- Já o temos alertado em anos anteriores, e a situação não se resolve, pelo contrário, agravou-se.
- Existe o problema do chumbo de contas por parte do Tribunal de Contas, relativamente aos anos de 2014 e 2015. E esse problema persiste, pois o TC não aceita estes valores de transferências do município para a Melsport o que coloca em causa a continuidade da empresa , ao abrigo das alíneas a) e d) do nº 1 do artº 62 da Lei 50/2012.

Grupo Parlamentar Coligação Prá Frente Melgaço

Curae Aquae – Termas de Melgaço:

- O ano de 2018 fica marcado pelo fecho das Termas de Melgaço, e por toda a polémica com o parceiro privado que o sr. Presidente trouxe para a gestão da Curae Aquae – o Grupo Pinto da Costa.
- Este grupo durante a vigência da sua gestão deixa um rasto de mais de 250.000,00 euros de prejuízo nas Termas de Melgaço.
- Deixa um rasto de polémica e de degradação da imagem e da reputação das Termas no mercado.
- A Curae Aquae tem em 2018 um prejuízo de 141.765,00 euros, ano que seria, segundo o Sr. Presidente o ano de arranque das Termas de Melgaço.
- Deixa esta gestão um rasto de dividas:
 - 1.000,000,00 euros ao Grupo Pinto da Costa
 - 100.000,00 á sócia gerente Carina Pinto da Costa
 - 3 meses de dividas á Segurança Social.
- Apresenta, ainda o executivo, à Assembleia Municipal um relatório de gestão da Curae Aquae sem nenhuma adesão á realidade, pois num ano em que as termas fecharam e a situação de exploração das mesmas se degradou irremediavelmente, nenhum destes factos estão registados neste relatório. Sinalizamos que o CSC (Código das Sociedades Comerciais) obriga através do seu artigo 66.o, que o relatório de gestão deve conter, pelo menos, uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade, a qual deve consistir numa **análise equilibrada e global tendo em atenção a dimensão e complexidade de cada Empresa, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.**

Pelo exposto, o nosso voto é contra.

O Grupo Municipal da Coligação “Prá Frente Melgaço”

GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL - REUNIÃO DE 29/06/2019

Assunto: ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO GRUPO MUNICIPAL RELATIVO AO ANO ECONÓMICO DE 2018

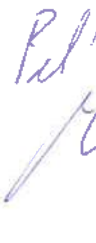
O Grupo Municipal do Partido Socialista vota favoravelmente o assunto em questão.

Dado tratar-se de um documento essencialmente contabilístico foram essenciais, para a nossa bancada, os pareceres técnicos emitidos sobre o assunto pelos auditores e que a seguir transcrevemos:

"...as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Entidade, em 31 de Dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo, naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos previstos no POCAL..."

E ainda "...dando cumprimento ao estipulado no art.º 75º da Lei 73/2013, de 3 de Setembro (RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), somos de parecer que o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais"

Pelo exposto não temos dúvidas que os documentos em discussão, neste ponto da Ordem de Trabalhos, refletem com transparência a situação contabilística do Grupo Municipal, pelo que não existem dúvidas no voto favorável da bancada do Partido Socialista.

 **O Grupo do Partido Socialista**